



O estafe do reitor no Consuni. Roberto Gambine, Regina Dantas, Ivan da Costa Marques, Leher, Denise Nascimento, Eduardo Serra, Maria Malta e Ivan Carmo

# Roberto Leher: déficit da UFRJ é de R\$ 115 milhões Página 7

[www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br)

**Orçamento**

**DIREITO  
DISCUTE  
A CRISE**

Página 4



Andes-SN

Central Sindical e Popular - Conlutas

Ano XIV nº 895

13 de julho de 2015

**Direito de Greve**

**COMBATE  
AO ASSÉDIO  
MORAL**

Página 5

Samuel Tosta - 07/07/2015

Terça-feira, 7 de julho.  
A Cinelândia foi transformada num imenso ateliê



## A GREVE CHEGA ÀS RUAS COM ARTE

Página 8

### GREVE NA EDUCAÇÃO

# Caravanas agitam Brasília

Já chega a 41 o número de Ifes em greve

A Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi ocupada na terça-feira 7 por mais de três mil pessoas numa manifestação em defesa da Educação Pública. A marcha foi organizada por diversas entidades – entre elas, o Andes-SN que lidera uma greve nacional dos docentes federais – para pressionar pela reversão nos cortes no orçamento. No final da tarde, o MPOG reafirmou sua proposta de confisco programado dos salários do funcionalismo. **Página 3**

Andes-SN - 07/07/2015



**Pressão.**  
Manifestantes defendem a Educação Pública

Ato conjunto de todos os segmentos da UFRJ: 16 de julho, quinta-feira, às 10h (previsão), na Cinelândia. Atividade antecede manifestação contra os cortes no orçamento. Comunicado do CLG na página 2.

# Comunicado n° 2 do Comando Local de Greve – 10 de Julho de 2015

**N**a Assembleia Geral da Adufrj-SSind realizada em 02 de julho último, no hall do prédio da Reitoria da UFRJ, em decisão quase unânime dos mais de 500 professores presentes, foi recusada a proposta do MPOG para a pauta salarial dos Servidores Públicos Federais. Também houve enorme rejeição à resposta que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) apresentou à pauta do Andes-SN e a decisão, por maioria, de manutenção da greve na UFRJ, iniciada em 23.06.15.

Entendeu-se que a resposta do Ministério da Educação, ao indicar que os pontos de pauta teriam sido atendidos diante dos investimentos realizados e que as reivindicações já estavam asseguradas na legislação existente desconsidera a realidade da Universidade e suas demandas concretas, especial-

mente agora diante da crise e do ajuste fiscal proposto.

A ampla recusa dos professores da UFRJ a esta resposta do Governo Federal reforça que a pauta do Andes-SN apresenta elementos urgentes que dialogam com o cotidiano da vida universitária. Trata-se de uma pauta que traz reivindicações concretas para a defesa do caráter público da Universidade como, por exemplo, a realização de concursos públicos para a contratação de professores e a conclusão das obras inacabadas. Além disso, o MEC não faz nenhuma referência aos cortes destinados à educação de R\$ 9,4 bilhões e seus impactos para a consolidação do programa de expansão das universidades iniciado em 2007.

Diante dessa postura do governo, a resposta dos docentes da UFRJ foi a de intensificar a mobilização em conjunto com estudantes e servidores técni-

co-administrativos, tendo sido realizadas nessa semana duas importantes mobilizações. Ocorreram na Cinelândia, em 07 de julho último, várias atividades (oficina de pintura de chão, modelo vivo, poesia, dentre outras) congregadas na forma de uma Aula Pública, com o objetivo de dar visibilidade às nossas reivindicações e dialogar com a população a nossa pauta em defesa da universidade pública.

Nesse mesmo dia, o Fórum dos Servidores Públicos Federais, do qual o Andes-SN participa, realizou uma Caravana em Defesa da Educação Pública em Brasília, que contou com mais de três mil professores, técnicos e estudantes da educação federal de todo o Brasil, que contou com uma grande delegação da UFRJ. Em seguida, houve uma vigília em frente ao prédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG),

onde ocorreu uma reunião para tratar da pauta de reajuste salarial dos servidores, que recusaram, em todo o país, a proposta anterior de reajuste decrescente escalonado, de em média 5% ao ano, durante quatro anos, enquanto a previsão de inflação pelo Banco Central apenas para esse ano já é de 9%. Isso sem mencionar o passivo de perdas salariais nos últimos anos.

A postura intransigente do Governo que não ofereceu nenhuma contraproposta aos servidores ainda contou com um “conselho” do MPOG para que estes fossem mais “criativos”, o que demanda uma forte resposta por parte dos docentes em greve.

Cabe destacar que notícias mais recentes mostram que o impacto do ajuste fiscal na educação está se intensificando. Na UFRJ, há notícias de cortes que atingem a assistência estudantil e as verbas

dos Programas de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e de Excelência Acadêmica (PRO-EX), vinculados à CAPES.

Diante desse quadro, o Comando Local de Greve Docente da Adufrj-SSind convoca todos os professores a se organizarem para que ampliem o debate com a sociedade. Mostraremos toda a nossa capacidade criativa levando a nossa mobilização aos espaços públicos da cidade, dialogando com outras categorias e universidades em greve na defesa do caráter público da educação.

Convocamos todos e todas para as mobilizações marcadas para o dia 16 de julho, quinta-feira, a partir das 10h da manhã na Cinelândia na atividade “UFRJ na Praça: contra os cortes no orçamento!”, e para o Ato público do “Dia Nacional contra os cortes no orçamento por mais investimento público na educação pública”, no final da tarde.

## GREVE 2015



### Novo outdoor da Adufrj-SSind traz a greve como tema

Localizado na zona sul da cidade do Rio, ao lado da ex-casa de espetáculos Canecão, o outdoor da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj-SSind) leva a mensagem para a população sobre um dos principais eixos da greve nacional da categoria: a defesa do caráter público da universidade.

Em vídeo gravado para a TV Adufrj (disponível no site e nos perfis da entidade nas redes sociais), os professores Martha Werneck e Licius Bossolan (da EBA), autores da arte (acima) que ilustra o painel, explicam a escolha da Mafalda — personagem do cartunista argentino Quino — e de um cone como símbolos da greve na UFRJ.

#### SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

**Sede e Redação:** Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368  
**Diretoria da Adufrj-SSind** Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese  
**CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvania Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcy de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiária Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.100 E-mails: adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br Redação: comunica@adufrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufrj.org.br Diretoria: diretoria@adufrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

# GREVE 2015



Andes-SN - 07/07/2015  
 Passeata  
 foi até a  
 sede do MEC

## Inconformados com os cortes na Educação

Mais de três mil pessoas ocuparam a Esplanada dos Ministérios, na capital federal no dia 7, e protagonizaram um grande ato em defesa da Educação Pública. Docentes, técnicos e estudantes marcharam até o Ministério da Educação para exigir uma audiência com o ministro Renato Janine e cobrar a reversão dos cortes no orçamento da Educação Federal e mais investimentos na área.

A manifestação foi organizada pelo Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, Anel, Oposição

de Esquerda da Une e Fenet (Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico) – entidades representantes dos três segmentos da Educação Federal. No trajeto, os participantes da Caravana em defesa da Educação Pública entoavam palavras de ordem como “Greve geral em toda Federal” e “Dilma, mãos de tesoura, acabou com a pátria educadora!”.

Marinalva Oliveira, 1ª vice-presidente do Andes-SN, denunciou que as instituições federais de ensino estão em estado precário, não têm

verbas, faltam professores, salas de aula, laboratórios, assistência estudantil, e que é preciso investimento nas instituições públicas para que se possa oferecer educação de qualidade para a população. “O governo tem repassado dinheiro para as instituições privadas, e retirando verbas da educação pública, que já está em situação extremamente precária”, ressaltou.

A diretora do Sindicato lembrou que a greve dos professores federais (que já alcança 41 instituições) é em defesa do caráter públi-

co da educação, atacado pelas políticas do governo. “É importante que o ministro, que sempre diz estar dialogando, receba as entidades da educação federal, leia o nosso documento e reverta todos os cortes que foram feitos na educação e que coloque dinheiro público nas instituições públicas”, afirmou, em referência ao Manifesto em Defesa da Educação Pública, elaborado na véspera da manifestação (veja quadro). **(Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)**

### Manifesto protocolado

Mesmo diante de muita pressão e insistência por parte das entidades, o ministro Janine recusou-se a receber os representantes dos professores, técnicos e estudantes. O Manifesto em Defesa da Educação Pública, fruto dos debates realizados na Reunião da Educação Federal com a participação de mais de 600 pessoas, no dia 6, foi protocolado pelo presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, e pelo coordenador da Fasubra, Rogério Marzola, no MEC. O documento pode ser lido em <http://migre.me/qHW5F>.

No último dia 10, o Andes-SN solicitou, de novo, uma audiência com o ministro Janine.

## Ministério do Planejamento mantém proposta de reajuste abaixo da inflação

Próxima reunião acontece até 21 de julho

O governo insiste no reajuste parcelado em quatro anos que não cobre a inflação. Foi o que o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fórum dos SPF) ouviu da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT-MPOG) no último dia 7, em Brasília (DF).

Sérgio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do ministério, questionou a resposta dos servidores à pro-

posta de reajuste apresentada no encontro anterior, de 21,3% parcelados em quatro anos: 5,5% em 2016, 5% em 2017, 4,75% em 2018 e 4,5% em 2019. E ficou sabendo que as assembleias das categorias rejeitaram o reajuste proposto e também qualquer possibilidade de parcelamento.

O SRT-MPOG pediu que os servidores fossem “criativos”, e que tentassem trabalhar em cima da proposta colocada. As lideranças sindicais, por sua vez, reafirmaram a luta pelo reajuste de 27,3% em 2016, sem parcelamento. Também querem debater os demais oito itens da pauta de reivindicações, como benefícios e a Convenção 151 da

Organização Internacional do Trabalho (OIT) — que regulamenta a negociação entre funcionários públicos e governo.

### “Temos que pressionar o governo”

O Fórum dos SPF sugeriu que uma nova reunião fosse marcada para esta semana (entre 13 e 17 de julho), na qual o governo apresentaria melhorias na proposta. Sérgio Mendonça, no entanto, rejeitou a data e afirmou que como apenas a presidente Dilma Rousseff poderia decidir sobre o tema. Como ela está viajando, não haveria tempo hábil de estudar o tema, uma audiência

nos próximos dias não seria possível. Foi acordado, então, que uma nova reunião ocorrerá até 21 de julho.

Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN, avaliou a reunião e criticou a intransigência do governo em negociar. “Minha avaliação é de que o governo estava com uma postura inflexível, colocando dificuldades para melhorar a proposta. Temos que continuar a greve dos SPF, que já está crescendo, para pressionar o governo. Sem isso, não teremos proposta melhor. Não podemos aceitar um reajuste abaixo da inflação e queremos negociar o restante da pauta de reivindicações”, disse o docente. **(Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)**

### Comando Nacional de Greve e Mobilização do Fórum dos SPF critica política salarial do governo

O Andes-SN divulgou em sua página eletrônica um manifesto do recém-criado Comando Nacional de Greve e Mobilização do Fórum de Entidades dos Servidores Públicos Federais. No documento, os SPF criticam a política salarial que o governo tenta impor às categorias: “Na apresentação da sua proposta o governo não escondeu seu real objetivo: rebaixar o impacto dos salários dos servidores públicos federais para o índice de 4% do PIB, para aumentar o superávit primário e garantir assim os quase R\$ 3 bilhões repassados diariamente aos banqueiros do nosso país a título do pagamento dos serviços da dívida pública”, diz um trecho.

## GREVE 2015



Terezinha da Costa, da ATTUFRJ, fala durante a atividade da FND

# Pelo direito de resistência

**Em frente à FND, conversa entre alunos, docentes e terceirizados unifica a greve e fortalece a universidade**

**Samantha Su**  
Estagiária e Redação

Qual a relação entre cortes no orçamento, terceirização, (falta de) assistência estudantil e direito de greve? Para responder a esta pergunta, professores, alunos e terceirizados reuniram-se em frente à Faculdade Nacional de Direito, no último dia 10.

Para Cleusa Santos, diretora da Adufrj-SSind, a universidade enfrenta uma forte crise em função das (más) escolhas do governo federal, com o aprofundamento do neoliberalismo. O corte anunciado de R\$ 9,4 bilhões deste ano é mais um elemento desta conjuntura. “O Estado neoliberal exige novas formas de gestão, hierarquizando as atividades e tornando o trabalho cada vez mais fragmentado em busca de uma maior produtividade”, afirmou.

A terceirização no Brasil, um dos maiores exemplos dessa fragmentação, emprega 12,7 milhões de trabalhadores. Desses, 73% recebem até dois salários mínimos. A Associação de Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ) é uma organização que tenta ir na contramão do cerceamento de mecanismos de mobilização para esses trabalhadores, alvos mais frágeis de políticas punitivas de controle social. Uma das diretoras da ATTUFRJ, Terezinha da Costa explicitou a situação dos terceirizados: “Antes eu não tinha consciência. Eu achava que eu era livre, hoje eu vejo que estou acorrentada. Tiraram meus sonhos e meus direitos, mas não basta que eu tenha um prato de comida, os meus irmãos também precisam ter. Ninguém vai fiscalizar se a gente tem o que comer, mas tem supervisor para ver se estamos trabalhando bem”.

Outro segmento da universidade bastante afetado em momentos de contingenciamento é o dos estudantes. Gabriel Guimarães, pelo DCE Mário Prata, criticou a falta de assistência: “Bolsa, por exemplo, é uma das primeiras coisas a ser cortada quando há crise. Isso tem que estar garantido nos fundos da universidade. O PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) precisa garantir bandejas, alojamentos e bibliotecas em quantidade proporcional ao número de alunos e que não sejam retiráveis, como são os contêineres”, afirmou. “Queremos uma universidade que seja realmente universalizada, principalmente em condições de permanência”, concluiu.

Quando servidores e alunos resolvem reagir à precarização de suas condições de trabalho e estudo, um dos instrumentos de luta é a greve: “A greve organiza a classe trabalhadora e torna mais evidentes as contradições entre a política institucional e a realidade social. Ela dá forma a esse sentimento de insatisfação e não representatividade, exterioriza o conflito e aglutina a classe”, pontuou o estudante Thiago Gondim, da FND, que recentemente defendeu sua monografia de fim de curso sobre direito de greve.

“Ninguém vai fiscalizar se a gente tem o que comer, mas tem supervisor para ver se estamos trabalhando bem”

”

**Terezinha da Costa**  
Diretora da ATTUFRJ

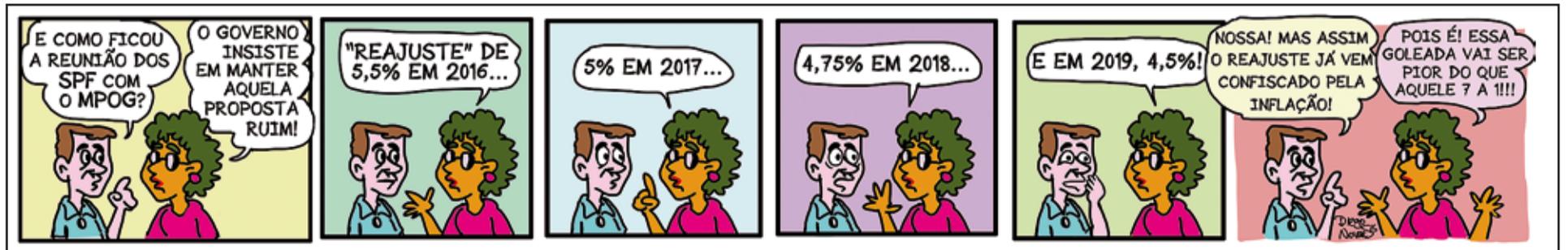
A professora Sayonara Grillo, da FND, saudou a atividade: “Estamos dando à Faculdade de Direito um momento de reflexão. Isso é simbólico para a Unidade, porque traz uma leitura não normativa do que é o Direito. Posso dizer que aqui ouvimos explicações melhores sobre direito de greve do que na própria Constituição. É necessário entender o direito como mais do que um manual de regras”, declarou.

**Caminhando juntos**

A professora Tatiana Bretas, da Escola de Serviço Social, reafirmou a importância daquele debate: “Precisamos romper com a hierarquia na Academia e nos reconhecer como sujeitos, que não têm homogeneidade entre todos os setores, mas ainda assim caminhamos juntos para fortalecer a perspectiva de uma universidade melhor e de uma sociedade melhor.”

## VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



## GREVE 2015

# Enfrentando o assédio

Direito de greve, importante meio de luta por melhorias das condições de trabalho, não pode ser tolhido

Debate sobre o tema ocorreu no IFCS/IH

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

**D**ireito de greve e assédio moral foram os temas de uma atividade realizada pelo Comando Local de Greve da UFRJ, no IFCS/IH. Professores e estudantes ocuparam as escadarias do prédio para dialogarem com os segmentos da universidade e com a população sobre a importância desta forma de luta para pressionar governos ou patrões por melhores condições de trabalho e vida. O ato foi coordenado por Manoela Pedroza, docente do Instituto de História e integrante do CLG.

Luciana Boiteux, professora da Faculdade Nacional de Direito e diretora da Adufrj-SSind, falou sobre o direito de greve. “Existe porque nós o exercemos e não porque está garantido em lei”, alertou. Para ela, a legislação de greve existente (Lei 7783, de 1989), em vez de “regulamentar” o direito, limita-o. “Termos uma lei que detalha tantas condições para o exercício do direito de greve, que, na verdade, serve para limitar esse direito. Isto nos impõe ainda mais responsabilidade na construção da greve, apesar da lei”.

A atividade contou com depoimentos de professores do CLG sobre suas experiências em greves passadas. Em linhas gerais, a paralisação por tempo indeterminado foi apresentada como mecanismo que possibilita o diálogo, as trocas, a coletividade e a solidariedade de classe. “É um momento muito rico de lembrarmos que somos seres sociais. Que vivemos na coletividade. Isto é certamente muito mais importante do que qualquer currículo Lattes”, disse Mauro Iasi, professor da Escola de Serviço Social.



**Mauro Iasi:** “É um momento muito rico de lembrarmos que somos seres sociais. Que vivemos na coletividade”

José Miguel Bendrao Saldanha, da Escola Politécnica, destacou que a greve em curso possui um importante caráter político. “A nossa greve é um enfrentamento da ordem. Ela é claramente política. É só ver a pauta: autonomia e condições de trabalho são coisas que nos permitem melhor atender à sociedade”.

## Função social da universidade

Da Escola de Serviço Social, Sara Granemann compartilhou ter vivenciado uma situação

“Termos uma lei que detalha tantas condições para o exercício do direito de greve, que, na verdade, serve para limitar esse direito

Luciana Boiteux  
Diretora da Adufrj-SSind

de assédio moral quando era substituta da UFF. “Naquele momento, descobri que sindicato serve para proteger o trabalhador. Quando expus a situação para um diretor da Adufrj (Seção Sindical do Andes-SN na UFF), o sindicato interveio imediatamente e eu pude continuar exercendo meu direito de greve”.

Na leitura de José Henrique Sanglard, diretor da Adufrj-SSind e professor da Engenharia Naval e Oceânica, o assédio moral decorre do não entendimento do caráter coletivo do

direito de greve. “Não tem sentido eu sobrepor o meu direito individual a um coletivo. Quando isto acontece, abre espaço para o assédio”.

Cláudio Ribeiro, presidente da Seção Sindical, fechou a atividade expondo sua preocupação com o assédio de professores contra estudantes grevistas. “Ao utilizar a autoridade de professor para punir estudante, apropria-se de uma postura de patrão e se esquece de sua função como educador e da função social da universidade pública”, disse.

## Jurídico da Adufrj-SSind orienta professores

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind acompanha vários casos de assédio moral contra professores sindicalizados. A jurisprudência reconhece a prática quando há perseguição psicológica que expõe os trabalhadores a situações repetitivas e prolongadas de humilhação e constrangimento. Neste sentido, o assédio moral seria caracterizado “por condutas abusivas, com gestos, palavras, comportamentos e atitudes que atentam contra a dignidade ou

integridade psíquica ou física da pessoa e afrontam sobremaneira a autoestima do trabalhador, acabando por macular as relações de emprego”.

Ou seja, o assédio não é um ato único, mas um conjunto de atos repetidos que causem constrangimento e humilhação ao trabalhador. Em relação aos docentes, esses atos podem ser concretizados, por exemplo, por meio de reprovações em progressões ou em estágio probatório sem motivação (ou com

motivação deficiente ou ilegal); destituição de cargos de confiança sem motivação; retirada de disciplinas; impedimento injustificado de participação em bancas de avaliações e atividades docentes rotineiras; troca de horários de trabalho sem motivação e sem comunicação prévia; divulgação de boatos sobre o docente; impedimentos aos docentes manifestarem suas opiniões em reuniões de trabalho (como reuniões de departamento, de congregação, etc);

adoção de medidas de retaliação em razão de participação em movimento sindical e/ou de greve, dentre outros.

Muitas vezes, a sequência de atos acaba por gerar danos psíquicos aos trabalhadores. É importante observar quando esses danos afetam a capacidade laborativa do docente (casos de depressão, síndrome do pânico, por exemplo). Nos casos de incapacidade temporária para o trabalho, os docentes devem ser afastados por licença saúde.

Casos mais graves, com a consolidação de danos psíquicos gerados no trabalho e pelo trabalho podem gerar a responsabilidade civil da administração pública por atos praticados por seus agentes.

A advogada Ana Luísa Palmisciano, que costuma atender muitos casos de conflitos, orienta que, caso esteja se sentindo prejudicado em seus direitos, o professor deve procurar a assessoria da Seção Sindical.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO

# Com a faca, mas sem queijo

Prédio novo prometido à Gastronomia ainda não saiu do papel. Sala de reunião dos docentes é na biblioteca

## Laboratórios são impróprios para o curso

Filipe Galvão

Especial para o Jornal da Adufrj

Das formas de luta à composição, vive-se uma greve nova. Com o fim do fôlego das políticas de expansão e o inchaço de trabalhadores terceirizados, a universidade experimenta hoje o seu limite.

A nova composição dos grevistas responde aos processos de mudança vividos pela universidade na última década. Não à toa têm se destacado nessa greve unificada dois grupos: os professores dos cursos novos e os alunos vindos de outros estados. Ambos resultantes da implementação do Reuni.

É o caso da Gastronomia. Criado em 2011, o curso nasceu com a promessa de um prédio próprio com laboratórios, salas de aula e espaços de convívio. Quatro anos depois e sem nem um tijolo para chamar de seu, docentes e alunos amargam uma situação de abandono.

Viram-se como dá. Para o cafezinho dos intervalos, os professores precisam se abrigar em



Macarena Lobos - 03/07/2015

**Aula pública** do curso ocorreu no acesso à cerimônia de posse do novo reitor da UFRJ

tre estantes e livros. Sem espaço nem prédio, a sala de reunião foi improvisada em um espaço ao fundo da biblioteca do Centro de Ciências da Saúde. “Os alunos nunca reclamaram, mas a gente procura fazer silêncio para não atrapalhar”, assume Márcia Pimentel, primeira professora contratada pelo curso.

O espaço foi a solução provisória encontrada pela coordenação

e direção do curso junto à decania do CCS. “Não é a melhor condição de trabalho do mundo e, agora com o corte, a gente fica sem saber o que vai acontecer. Se, como está, já foi um sacrifício muito grande para nos instalarmos, imagina no futuro”, pondera a professora.

As lições acontecem nos laboratórios do CCS. O problema é que a estrutura existente não

comporta as necessidades do curso. Impróprios para as aulas, os laboratórios não possuem sistema de circulação de ar e qualquer vazamento de gás ou alimento alergênico pode ser desastroso.

Projetado para abrigar o Instituto de Nutrição Josué de Castro, o prédio-fantasma já tinha sido orçado e aprovado pelo orçamento da UFRJ. E sua ausência não prejudica só a Gastronomia. Tais

de Souza Lopes, professora do curso de Nutrição (existente desde 1948), aponta que a situação dos laboratórios compartilhados está atrasando a reforma curricular do curso. “Hoje estamos fora das requisições do MEC por conta disso, nós não temos laboratórios suficientes para ter dois currículos andando juntos”, revela.

Desde janeiro desse ano, os cursos irmãos sobrevivem pelo trabalho duro, quase teimoso, de docentes e alunos. Tais revela que, sem verba, os alimentos necessários às aulas acabam vindo do salário de professores ou de vaquinhas de estudantes. “Já chegamos a esse ponto”, desabafa.

A paulista Kilvia Pereira, aluna do curso de Gastronomia, diz que às vezes falta até manteiga. “Sempre quis universidade pública, mas sabia que não seria fácil”, conta. Kilvia, que também está em greve, preparou com seus colegas uma aula pública na posse de Roberto Leher e Denise Nascimento, novos reitor e vice-reitora da UFRJ. Ao final da cerimônia, serviram aos presentes degustações de caponata de casca de banana, gaspacho feito com descartes de salada e doce de casca de melancia. A aula era sobre o aproveitamento integral dos alimentos. Pareciam experts.

## Em atividade de greve, Nutrição discute segurança alimentar

### Debate foi em frente ao bandeirão central

Samantha Su

Estagiária e Redação

Mobilizados na greve, professores e alunos do Instituto de Nutrição realizam atividades semanais. No dia 9 de julho, foi a vez de uma roda de conversa em frente ao Restaurante Universitário Central no Fundão. O tema era “Segurança Alimentar e Nutricional: nutricionistas e o exercício profissional cidadão”.

“Nós estamos em greve e o Instituto de Nutrição não está funcionando, mas estamos aqui para fazer um movimento de ocupação da universidade. Sempre fazemos atividades junto aos alunos, que apresentaram suas demandas grevistas também à direção da unidade”, contou a professora Thadia Turon, uma das organizadoras do evento.

Convidada ao debate, Samara Crancio, do Conselho Regional de Nutricionistas, explicou como é organizado o órgão e como



Samantha Su - 09/07/2015

**Rode de Conversa da greve da Nutrição**

qualquer pessoa pode recorrer a ele com denúncias éticas ou relativas à fiscalização e levantou os principais problemas que a categoria enfrenta hoje.

Samara comentou a relação dos nutricionistas com a mídia: “O nosso atual código de ética é de 2004 e ele tem pouco respaldo em relação à era da internet, mas um dos problemas que nós enfrentamos hoje, por exemplo, é a utilização de redes sociais

para que nutricionistas associem sua figura a determinadas marcas de produtos. O nutricionista é uma figura de autoridade e a sociedade reconhece em nós um conhecimento técnico-científico para atestar bons alimentos. Quando vinculamos nossa imagem a uma marca, favorecemos a indústria de alimentos. Isso vai na contramão do Guia Alimentar, que debate justamente a necessidade de falar sobre o que é

alimento de verdade”, explicou.

“Não podemos restringir o conhecimento alimentar à Academia, mas a mídia gera demanda pelo consumo daquilo que dá retorno financeiro sem se preocupar com o acesso ao conhecimento”, afirmou a professora Lúcia Andrade, também organizadora da atividade.

“Quando o Reuni foi criado, nós atendemos a todas as demandas do programa. Abrimos o cur-

so de Nutrição em Macaé, criamos o curso de Gastronomia, aumentamos as vagas. Hoje, os alunos não tem nenhum laboratório disponível, não há estrutura própria, a sala dos professores da Gastronomia é um cantinho apertado dentro da Biblioteca do CCS. Então nós nos solidarizamos com a greve e vamos construir um movimento de ocupação”, desabafou a professora Thadia.

## Demandas serão levadas ao MEC no dia 14

**Elisa Monteiro**

elisamonteiro@adufrj.org.br

Em sua estreia à frente do Conselho Universitário (Consuni), o novo reitor Roberto Leher abriu a reunião do dia 9 com o tema dos cortes orçamentários sobre a UFRJ. “Como todos estão acompanhando, temos um corte de 10% no custeio e 45% no investimento”. O dirigente lembrou que, além dos recursos não aportados em 2015, a instituição acumula dívidas em função do contingenciamento de cerca de R\$ 60 milhões em 2014. Leher destacou, ainda, a subtração de R\$ 7 milhões do Complexo Hospitalar. Segundo sua assessora, ao todo, o déficit da universidade atualmente chega à casa dos R\$ 115 milhões.

De acordo com Leher, o último conselho pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), realizado na véspera, dia 8, aprovou moção para externar a preocupação em relação ao enxugamento dos recursos e pedindo apoio para a manutenção das atividades, “particularmente para a expansão realizada”, frisou. Um novo receio diz respeito ao anunciado corte nas bolsas do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) e do Programa de Excelência Acadêmica (Proex), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (veja quadro).

O reitor informou que o Ministério da Educação (MEC) recebe separadamente cada universidade para discutir o ajuste nas contas. A audiência da UFRJ está agendada para esta terça-feira, dia 14. Segundo Leher, a reitoria se reuniu com decanos dia 7 para que seja feito o levantamento de “prioridades” junto às unidades. “A partir do retorno dessa con-



**Reitor Roberto Leher e vice-reitora Denise Nascimento conduzem seu primeiro Consuni**

# Déficit é de R\$ 115 MILHÕES

No primeiro Conselho Universitário da nova reitoria, dia 9, os cortes orçamentários ganharam destaque

versa, estaremos elencando as demandas que levaremos ao MEC”. Roberto disse esperar “compreensão do Ministério quanto a alguns gastos que, postergados, põem em risco o período”.

Durante a sessão, a bancada estudantil saudou a nova reitoria, expressando expectativas em relação ao atendimento das demandas de assistência e aprofundamento da democracia interna. O tema dos problemas de pagamento de terceirizados também foi citado. Leher prometeu uma reunião com o segmento com apresentação

do plano da nova administração “ainda para 2015”. O reitor tratou como prioridades os restaurantes estudantis da Praia Vermelha e de Macaé.

Já em relação aos terceirizados, o reitor afirmou que, “coerente ao ajuste de conduta firmado junto ao Ministério Público do Trabalho (em maio deste ano), a perspectiva da administração é passar diretamente aos trabalhadores o pagamento (quando a empresa não cumprir suas obrigações)”. De acordo com o reitor, o empecilho estaria na liberação de

recursos pelo MEC.

Outros conselheiros deram boas vindas à nova gestão, sem deixar de ressaltar o comprometimento institucional da anterior.

O reitor e a vice-reitora fizeram agradecimentos à equipe da antiga reitoria. “Foram indicações, sugestões, imprescindíveis para que pudéssemos assumir a gestão”, disse Roberto. Denise Nascimento apontou o empenho na transição de mandato. “Em uma situação tão delicada pela qual passa a universidade, foi fundamental”.

## Consuni aprova quadros da reitoria

O Consuni aprovou por unanimidade, com apenas uma abstenção do ex-reitor de Pessoal (agora pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento) Roberto Gambine, a nova equipe da administração central.

Compõem o quadro, além de Gambine, os professores Eduardo Gonçalves Serra (pró-reitoria de Graduação/PR-1), Ivan da Costa Marques (pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa/PR-2), Maria Malta (pró-Reitoria de Extensão/PR-5) e os técnicos-administrativos Regina Maria Dantas (pró-reitoria de Pessoal/PR-4), Ivan Carmo (pró-Reitoria de Gestão e Governança/PR-6). Paulo Vianna passa a dirigir os trabalhos da Prefeitura Universitária.

## Novos presidentes das comissões

Na sessão, foram eleitos também novos presidentes de comissões internas. Romildo Filho substitui Segen Farid Estefen na Comissão de Legislação e Normas (CLN). Enquanto Ericksson Almendra ingressa no lugar de Maria Malta na presidência de Comissão de Ensino e Títulos (CET).

## Colegiado defende verbas do Proap e do Proex

Moção aprovada durante a sessão do colegiado manifesta apoio ao Proap e ao Proex, “indispensáveis à manutenção e desenvolvimento dos mais de 100 programas de pós-graduação da UFRJ”. De acordo com o texto, o anúncio de cortes de 75% nestas iniciativas “coloca em risco o trabalho de muitas gerações que se dedicaram à organização da pós”. O Consuni conclama o ministro da Educação e o presidente da Capes a “retrocederem nessa medida”.

## Programas de pós criticam cortes na Educação

Datada de 29 de junho, uma carta dos programas de pós-graduação da UFRJ ao ministro da Educação e ao presidente da Capes circula na internet. O documento registra a expansão do sistema nacional de pós nos últimos anos

e considera “inaceitáveis cortes na ordem de 47% dos recursos para as universidades federais e a redução drástica das verbas da Cpes, feitos em nome do ajuste fiscal”. Ainda segundo o texto, o “impacto brutal” da redução de verbas já pode ser sentido: “Pos-

sivelmente isso logo se refletirá na redução do número de vagas para novos pós-graduandos (...). O Sistema Nacional de Pós-Graduação é uma conquista da sociedade brasileira. Sua construção demandou décadas de árduo trabalho e investimento; sua

destruição, porém, pode ser feita num ano!”, diz um trecho. “Que pátria educadora seja mais do que um slogan e torne-se, de fato, o enunciado do compromisso com a prioridade da educação pública em todos os níveis, sem cortes de recursos, com transparência

na sua distribuição e permanente busca pela melhoria dos padrões de quantidade e qualidade conquistados até o presente”.

A íntegra desta carta, com as assinaturas até então colocadas, encontra-se no site da Adufrj-SSind.

## GREVE 2015

## Aulas públicas e intervenções artísticas levaram a UFRJ para a praça

Samantha Su  
Estagiária e Redação

Durante todo o dia 7 de julho, a praça Cinelândia ficou ocupada com tendas que ofereciam oficinas, aulas públicas e intervenções artísticas. Tratava-se de um aulão público para dialogar com a população sobre as razões da greve nas universidades federais.

Uma das principais atrações foi a pintura coletiva de um painel gigantesco imitando o famoso quadro “O Grito”, do norueguês Edvard Munch. A professora Martha Werneck, da Escola de Belas Artes, explicou a intervenção: “A ideia da atividade veio inicialmente da demanda dos estudantes. As minhas alunas do curso de pintura, Andressa Lamarca e Lua Barbosa, achavam muito importante trazer nossas pautas para as ruas e tirar a greve do intramuros. A arte é muito importante para tornar esse processo uma construção coletiva, orgânica e de conscientização”, afirmou. Ao lado de “O Grito”, foram pintados os dizeres “A Greve é o nosso grito”.

Para a professora Cinda Gonda, da Faculdade de Letras, a greve possui a qualidade única de se transformar em uma espécie de fagulha incendiando o cotidiano “que nos parece tão precário”: “É isso que estamos fazendo aqui. Estamos trazendo poesia, música, contos, vem o pessoal da dança também... quebrando esses muros e trazendo a universidade para a praça”, disse.

Dau Bastos, também da Letras, observou a relação histórica entre arte e política para falar da atividade da Cinelândia: “Basta pensar no ‘Guernica’, do Picasso”, afirmou. Para ele, a arte consegue, de maneira atrativa, fazer uma denúncia, mostrar aspectos comprometedores por trás do discurso político: “Daí a importância de buscarmos a estetização, no sentido muito positivo, do movimento”, completou.

**Contraponto**

Uma das aulas foi ministrada pela professora, cientista social e doutoranda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Camila Moreno, sobre gênero. Ela relacionou as divisões de gênero na sociedade com as lutas anticapitalistas. Após o debate, ao apontar para o protótipo propagandista do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) da Prefeitura do Rio de Janeiro em exibição na praça, Camila comentou: “É



# A greve é o nosso GRITO!

## O famoso quadro de Edvard Munch virou apelo pela educação pública de qualidade

importante estarmos no espaço público. Os símbolos do capital empresarial estão aqui, nós também temos que estar disputando ele. Isso mostra que os docentes não estão em casa fazendo greve, mas estão na rua discutindo a conjuntura”.

A lojista Viviane Pacheco parou para ver a intervenção durante o horário do almoço e elogiou: “Eu não conheço muito sobre arte e acho importante que quem estuda esteja preocupado em trazer isso para o cotidiano da cidade. Se os professores estão em greve, é pela educação do país e eles precisam ser respeitados.” Estudantes da graduação e pós-graduação também participaram do evento.

**Interlocução com a sociedade**

“Precisamos fazer uma interlocução com a comunidade. Queremos aqui dizer que precisamos fortalecer a universidade pública com os trabalhadores, porque queremos uma universidade para eles”, observou a professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social.

■ Confira vídeo sobre esta atividade de greve no site [www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br).



Aulas públicas e oficinas de artes fizeram parte da atividade na Cinelândia